



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 24/2013

Disponibilização: 02 de dezembro de 2013

Período abrangido: 18 a 29 de novembro de 2013

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 2. AGRICULTURA/CAÇA/PESCAS**
 - **PESCAS**
 - **VITIVINICULTURA**
- 3. AMBIENTE**
- 4. CIDADANIA**
- 5. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES**
- 6. CULTURA**
- 7. DESPORTO**
- 8. EDUCAÇÃO**
- 9. ENERGIA**
- 10. FINANÇAS**
 - **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CREDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**
 - **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
 - **VALORES MOBILIÁRIOS**
- 11. JUSTIÇA**
- 12. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**
- 13. REGIÕES AUTÓNOMAS**



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



- **AÇORES**

14. SAÚDE

15. SEGURANÇA SOCIAL

16. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **COMUNICAÇÕES**

- **TRANSPORTES**

17. TURISMO E LAZER



1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Decreto-Lei n.º 161/2013, de 22 de novembro

(Ministério das Finanças)

Procede à 10.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro, que regulamenta o funcionamento e o esquema de benefícios da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas.

Despacho n.º 15276/2013, de 22 de novembro

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar)

Define o modo de entrega dos requerimentos sobre o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo de Docentes.

Despacho n.º 15492/2013, de 27 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro)

Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas no Estado, nos institutos públicos e nos serviços desconcentrados da administração central no dia 24 e na tarde do dia 31 de dezembro de 2013

Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro

(Assembleia da República)

Estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 02 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, revogando a Lei n.º 53/2006, de 07 de dezembro.



2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **PESCAS**

Portaria n.º 349/2013, de 29 de novembro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Procede à alteração do Regulamento da Pesca por Arte de Arrasto, aprovado pela Portaria n.º 1102-E/2000, de 22 de novembro.

- **VITIVINICULTURA**

Portaria n.º 342/2013, de 22 de novembro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 239/2012 de 9 de agosto que estabelece as regras complementares de aplicação da regulamentação comunitária relativas à designação, apresentação e rotulagem dos produtos do sector vitivinícola.

Portaria n.º 343/2013, de 25 de novembro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece, para o continente, as normas complementares de execução para o cumprimento da prestação vínica e as normas complementares da ajuda a atribuir aos destiladores que transformem os subprodutos da vinificação na campanha vitivinícola de 2013-2014.

Portaria n.º 346/2013, de 27 de novembro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Define o regime de produção e comércio dos vinhos e demais produtos vitivinícolas da indicação geográfica (IG) «Península de Setúbal». Revoga a Portaria n.º 695/2009, de 29 de junho.

3. AMBIENTE

Lei n.º 78/2013, de 21 de novembro

(Assembleia da República)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos.



4. CIDADANIA

Despacho n.º 15038-A/2013, de 19 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro)

Designa vários membros para o Conselho de Curadores da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

5. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

Aviso n.º 14384/2013, de 22 de novembro

(Ministério da Economia - Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.)

Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2013, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

6. CULTURA

Despacho n.º 15377/2013, de 26 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças, do Ministro da Educação e Ciência e do Secretário de Estado da Cultura)

Cria, na dependência dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da cultura e da educação, o Grupo de Projeto para o Plano Nacional do Cinema.

Portaria n.º 830/2013, de 28 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças - Gabinetes dos Secretários de Estado da Cultura e Adjunto e do Orçamento)

Fixa a importância a despendar pela Direção-Geral das Artes no âmbito da Candidatura «Pegada Cultural».

7. DESPORTO

Portaria n.º 336/2013, de 18 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece as normas de organização e funcionamento da formação complementar específica de treinador de desporto.



8. EDUCAÇÃO

[Aviso n.º 14185-A/2013, de 19 de novembro](#)

(Ministério da Educação e Ciência - Instituto de Avaliação Educativa, I. P.)

Publicita o aviso de abertura relativo à inscrição dos candidatos para a realização da prova de avaliação de conhecimentos e de capacidades para o exercício da função docente, no qual se explicitam os procedimentos a adotar pelos candidatos, prazos de inscrição e locais de realização da prova.

9. ENERGIA

[Despacho n.º 15260/2013, de 22 de novembro](#)

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia)

Determina o limite máximo da variação da tarifa social de venda a clientes finais dos comercializadores de último recurso de 2013 para 2014, para efeitos de cálculo das tarifas de eletricidade de 2014, referido no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de Dezembro, é de 1,0%.

[Diretiva n.º 20/2013, de 22 de novembro](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Define os parâmetros de regulação da qualidade de serviço do setor elétrico.

[Diretiva n.º 21/2013, de 22 de novembro](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Define prazos para a classificação de eventos excecionais e para o envio de informação à ERSE no âmbito do Regulamento da Qualidade de Serviço do setor elétrico.

[Diretiva n.º 22/2013, de 22 de novembro](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Publicita a alteração ao guia de medição, leitura e disponibilização de dados de energia elétrica em Portugal continental.

[Diretiva n.º 23/2013, de 22 de novembro](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Publicita a diferenciação de imagem no setor elétrico.



Despacho n.º 15674-B/2013, de 29 de dezembro

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia

Determina os valores para efeitos da remuneração do alisamento quinquenal dos proveitos permitidos para o ano de 2014.

10. FINANÇAS

- ***BANCA/INSTITUIÇÕES DE CREDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS***

Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2013, de 19 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina o processo de criação de uma instituição de crédito a denominar Instituição Financeira de Desenvolvimento.

Portaria n.º 341/2013, de 22 de novembro

(Ministérios das Finanças, da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 1453/2002, de 11 de novembro que regulamenta o reembolso do valor dos planos de poupança-reforma.

Despacho n.º 15378/2013, de 26 de novembro

(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra)

Prorroga o prazo para as entidades a que se refere o n.º 1 do artigo do artigo 2º do caderno de encargos do processo de reprivatização das empresas seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos que integra o anexo I à Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2013, de 30 de agosto, procederem à apresentação de propostas vinculativas de aquisição de ações objeto de venda direta.

- ***CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS***

Portaria n.º 340/2013, de 22 de novembro

(Ministério das Finanças)

Procede à quarta alteração à Portaria n.º 363/2010, de 23 de junho que regulamenta a certificação prévia dos programas informáticos de faturação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.



- **VALORES MOBILIÁRIOS**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 72-B/2013, de 18 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina os termos e as condições aplicáveis à venda das ações dos CTT - Correios de Portugal, S. A., no âmbito, da oferta pública de venda e da venda direta institucional.

11. JUSTIÇA

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 760/2013, de 22 de novembro

(Tribunal Constitucional)

Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade do artigo 20.º do Regime anexo ao Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de setembro, na redação que lhe foi conferida pelo artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro, quando interpretado no sentido de que o "não pagamento da taxa de justiça devida pelo réu, na sequência da notificação da distribuição do procedimento de injunção em tribunal judicial para continuar a ser tramitado como ação declarativa especial, constitui causa de desentranhamento liminar da oposição à injunção sem se conceder ao réu as opções previstas no artigo 486.º-A do Código de Processo Civil".

Acórdão n.º 605/2013, de 20 de novembro

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional o n.º 3 do artigo 3.º da Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, na redação que lhe foi dada pela Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril).

Lei n.º 77/2013, de 21 de novembro

(Assembleia da República)

Cria a Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça.

Portaria n.º 344/2013, de 27 de novembro

(Ministério da Justiça)

Define o serviço competente para organizar a lista de mediadores de conflitos, bem como os requisitos de inscrição, a forma de acesso e divulgação da mesma.

Portaria n.º 345/2013, de 27 de novembro

(Ministério da Justiça)

Regula o regime aplicável à certificação de entidades formadoras de cursos de mediação de conflitos e revoga a Portaria n.º 237/2010, de 29 de abril.



[Despacho n.º 15630/2013, de 29 de novembro](#)

(Ministério da Justiça - Gabinete da Ministra)

Prorroga o prazo para a Comissão de revisão do Código do Procedimento Administrativo, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos concluir os seus trabalhos.

12. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

[Lei n.º 79/2013, de 26 de novembro](#)

(Assembleia da República)

Procede à quarta alteração à Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, sobre o processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal.

13. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

[Decreto Legislativo Regional n.º 21/2013/A, de 21 de novembro](#)

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Procede à primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2012/A, de 4 de abril, que aprova o Código da Ação Social dos Açores.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2013/A. D.R. n.º 227, de 22 de novembro](#)

(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Regula o funcionamento das comissões para a dissuasão da toxicod dependência previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 7/2001/A, de 27 de abril.

- **MADEIRA**

[Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2013/M, de 22 de novembro](#)

(Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)

Procede à primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2012/M, de 16 de maio que aprova a estrutura orgânica da Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos e do Gabinete do Secretário Regional.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2013/M, de 25 de novembro](#)

(Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)

Procede à primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2012/M, de 1 de junho que aprova a orgânica da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.



14. SAÚDE

Portaria n.º 339/2013, de 21 de novembro

(Ministério da Saúde)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 258/2013, de 13 de agosto, que aprova o Regulamento dos Programas de Apoio Financeiro a atribuir pelos serviços e organismos centrais do Ministério da Saúde e pelas administrações regionais de saúde a pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2013, de 22 de novembro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a despesa inerente à celebração de um acordo de gestão do Centro de Reabilitação do Norte, celebrado entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., e a Santa Casa da Misericórdia do Porto, pelo período de três anos.

Despacho n.º 15423/2013, de 26 de novembro

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde)

Cria os grupos de coordenação regional e local do Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos.

Portaria n.º 347/2013, de 28 de novembro

(Ministério da Saúde)

Estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da atividade das unidades privadas de diálise que prossigam atividades terapêuticas no âmbito da hemodiálise e outras técnicas de depuração extracorporeal afins ou de diálise peritoneal crónica.

15. SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 338/2013, de 21 de novembro

(Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho e revoga a Portaria n.º 122/2012, de 3 de maio.



Despacho n.º 15586/2013, de 28 de novembro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social)

Determina a constituição do Núcleo para a Língua Gestual Portuguesa.

Despacho n.º 15587/2013, de 28 de novembro

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social)

Determina o conjunto do segundo grupo de territórios abrangidos pelo Programa CLDS+

16. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• COMUNICAÇÕES

Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de novembro

(Ministério da Economia)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional, e à quarta alteração às bases da concessão do serviço postal universal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 448/99, de 4 de novembro.

• TRANSPORTES

Despacho n.º 15625/2013, de 29 de novembro

(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Gabinete do Ministro)

Estabelece o regulamento de acesso e utilização das Salas das Altas Entidades dos aeroportos públicos nacionais.

17. TURISMO E LAZER

Despacho n.º 15420/2013, de 26 de novembro

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza)

Determina o relevante interesse público do estabelecimento de restauração e bebidas, com valências nas áreas de eventos sociais, turísticos e infantis, sito na Quinta do Paúl, na freguesia da Ortigosa, concelho de Leiria.



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

